



Processo de Tombamento nº 1.561-T-08

Exma. Senhora Presidente do IPHAN.  
Srs. Conselheiros.

Foi com satisfação que recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Dra. Jurema Machado, através do Secretário Jorge Vinhas, a incumbência de examinar e opinar sobre o pedido de tombamento assim denominado no processo: **“Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, no município de Floriano, ambos no Estado do Piauí”**.

Esta iniciativa dá seguimento ao plano integrado para os tombamentos no Estado do Piauí, como procedimento inovador nas estratégias de atuação do IPHAN, que foi iniciado com o de Parnaíba, em 2008 e continuado pelos de Oeiras e de Piracuruca em 2012, reconhecendo tais cidades e também as antigas Fazendas Nacionais, como parte de um conjunto de bens patrimoniais, cuja proteção será mais efetiva se tratados de forma integrada.

Minha tarefa como sempre, foi realizada através da visita ao local e análise dos autos do processo. A urgência de conhecer *in loco* os dois objetos desta proposição foi transmitida ao IPHAN, que prontamente proporcionou-me condições para o deslocamento de São Luís do Maranhão até os municípios piauienses por mais de mil quilômetros de estradas. Agradeço também à SR/IPHAN/PI, na pessoa da Arquiteta Claudiana Cruz dos Anjos, que nos prestou todo o apoio técnico necessário para o êxito da missão.

A rota de 240 km de Teresina até Floriano ainda nos revela uma paisagem, remanescente dos tempos do descobrimento, inspiradora da história que vamos conhecer, tendo como personagens primeiro os índios, que aí estavam há milênios, os vaqueiros com as tropas de gado, os fazendeiros sertanistas, os jesuítas, os senhores de terra e seus escravos e os raros empresários industriais do final do dezenove.

No percurso, avistamos na paisagem de vegetação típica de floresta, já na região de Floriano, fronteira com o Maranhão, margens do Rio Parnaíba, a forte presença das palmeiras de Carnaúba, Babaçu e Buriti. A bacia do Parnaíba é reconhecida como a segunda mais importante do Nordeste, atrás apenas do Rio São Francisco, sendo sua foz a única em formato de delta de mar aberto das Américas. Na sequência e já no rumo de Campinas do Piauí, observa-se a transição para uma paisagem típica da Caatinga que é própria do semiárido, constituída principalmente por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte.

Reconhecer a geografia em geral, é requisito para melhor entendimento da história. Todo o trajeto impressiona também pela dimensão dos espaços, este outro patrimônio. Riqueza que a cada dia se torna mais cobiçada, em um planeta superpovoado, onde a disputa pelas terras e seus recursos naturais tem sido motivo para guerras em pleno século XXI.

Distanciados deste Brasil interior, que é a vastidão do território nacional, muitas vezes não nos damos conta de que um Estado com mais de 250 mil quilômetros quadrados, é maior em extensão do que muitos países da América Espanhola ou da Europa. Este é mais um forte argumento para que a preservação, valorização e divulgação das culturas locais se constituam também como forma de re-apropriação, como fator de identidade e que as gerações hoje confinadas no meio urbano, possam tomar conhecimento de sua existência pelas lições de geografia e história.



Não posso aqui perder a oportunidade para reiterar e compartilhar uma reflexão que muito me inquieta, sobre o modelo paradoxal de nação que há muito vem se consolidando, no qual multidões de brasileiros, apartados dessas vastas extensões, se comprimem nos sufocantes engarrafamentos, ou se digladiam como em uma guerra urbana, por uma nesga de terra, apinhados de forma insalubre e desumana, nos aglomerados miseráveis, violentos e poluídos das periferias de nossas grandes cidades, para finalmente sucumbirem nas tragédias climáticas pela impropriedade dos sítios que lhes resta ocupar em sua luta pela sobrevivência.

Já na cidade de Floriano tive a satisfação de ser recebido pelo arquiteto e urbanista Nilson Coelho, um dos baluartes na defesa dos valores culturais de sua terra. Idealizador de projetos de restauração há muito vem lutando pelo tombamento nacional do casarão que outrora abrigou o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, a primeira escola agrícola da região, que está na gênese de sua cidade e é objeto deste processo.

Da mesma forma fomos gentilmente recebidos pelo prefeito municipal, Gilberto Guerra Júnior, comprometido com a preservação do patrimônio e que providenciou a abertura do prédio em pleno feriado. Na companhia de ambos, visitei o imóvel, localizado em cenário privilegiado, diante do majestoso rio Parnaíba, no terreno que domina a margem, bem diante do cais do antigo porto fluvial.

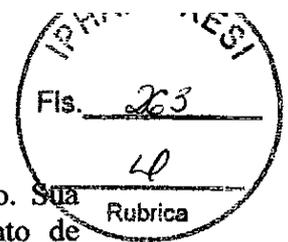
Nestes contatos iniciais comecei a conhecer mais de perto a história que é comum aos dois bens que dão o título ao processo, que embora distantes entre si por mais de 240 quilômetros, na verdade estão intrinsecamente ligados por uma rede de episódios históricos, inclusive o fato de se constituírem em remanescentes das antigas Fazendas Nacionais.

Foi a partir deste porto de Floriano, que chegaram, a bordo de vapores, subindo o rio Parnaíba, as pesadas máquinas adquiridas na Alemanha para equipar a Fábrica de Laticínios que viria a ser inaugurada em 1897 e que se constitui no segundo bem que é objeto deste processo de tombamento. Portanto foi a partir deste porto, que elas iniciaram uma legendária e acidentada viagem através do semiárido, em tempos que não existiam estradas, realizando uma verdadeira epopeia sertaneja.

Assim na sequência de minha viagem de reconhecimento dos bens, atravessamos a caatinga no mesmo rumo que percorreram aquelas máquinas no final do dezenove até a localidade onde está a cidade de Campinas do Piauí, para sermos surpreendidos pelo impacto da visão do monumental edifício da Fábrica de Laticínios, ainda que em precário estado de conservação, mas perfeitamente recuperável tal a solidez da sua construção original.

Aí também devemos agradecer a excelente acolhida propiciada pelo Prefeito Francisco da Cruz e de sua Secretária de Cultura Maricélia Aquino, que, em pleno feriado da quinta feira santa e sob o sol escaldante das duas horas da tarde, pacientemente nos conduziram ao interior da antiga fábrica e depois para uma caminhada no seu entorno, prestando as informações sobre o imóvel e sobre os planos para seu aproveitamento, assim que forem aprovados os projetos já encaminhados em parceria com o IPHAN, de recuperação das ruínas e adaptação aos novos usos.

Ali já obtive sinais indicativos do compromisso da administração local. Eis que no primeiro semestre de 2013, foram sancionadas as Leis que criam respectivamente o Sistema Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura e editada a portaria do Conselho Municipal de Cultura do município. Recentemente foi aprovado junto ao Ministério da Cultura, projeto de criação dos Pontos de Cultura no sentido de preservar também o patrimônio imaterial do município, presente em diversas manifestações que são muito próprias dos grupos quilombolas, oriundos das antigas fazendas.



Quanto ao dossiê, pude constatar a ótima qualidade do material técnico. Sua prazerosa leitura é de fato um privilégio, assim como o acesso ao conjunto de informações nele contidas. Estudos e pesquisas que são fruto de profícua colaboração entre os técnicos da SR/PIAUI, o Departamento de Patrimônio Material/DEPAM e também do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário, este último no caso dos projetos de memória oral dos antigos habitantes, e contando com preciosas contribuições de diversos cidadãos ligados aos movimentos de defesa destes bens.

Elaborado pelas arquitetas Andréa Virgínia Freire Costa, Diva Maria Freire de Figueiredo e Claudiana Cruz dos Anjos, e pelo historiador Ricardo Augusto Pereira, todo o trabalho contou com o apoio técnico de Fabíola Nunes, Franceli Mariano da área de Biblioteconomia e Francisca Márcia Costa de Sousa, da área de História. E também com a imprescindível colaboração de Carlos Rubens, Joca Oeiras, Luiz Paulo Lopes, Antônio Fonseca e Nilson Coelho.

O Dossiê mantém o padrão de qualidade dos demais documentos elaborados para os processos de tombamento e merece ser, o mais breve possível, transformado em livro ou documento digital de tal forma que as informações aí compiladas, como fruto de muito trabalho de profissionais competentes e ilustrado com rara iconografia, cartografia, levantamentos arquitetônicos, vídeos e outros anexos informativos, possam ser colocadas ao alcance de um público maior e da rede escolar.

Minha difícil tarefa como relator é de oferecer aos colegas conselheiros uma síntese fiel deste manancial de informações e que lhes permita estabelecer um juízo sobre a proposta de tombamento, explicitando valores através dos quais se justifica a ação solicitada.

Entretanto, assim como nos casos anteriores de tombamento das cidades históricas piauienses, recorri também à obra do arquiteto e urbanista Olavo Pereira da Silva Filho, denominada **“Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí”**, bibliografia indispensável ao conhecimento do acervo arquitetônico, urbano e paisagístico do Estado, trabalho este que foi vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2008, na Categoria “Pesquisa e Inventário de Acervos”.

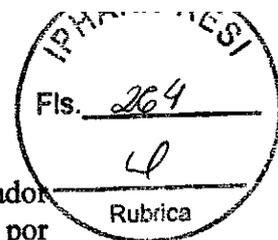
Nesta bibliografia referencial é obrigatório mencionar a obra basilar do arquiteto Paulo Thedim Barreto, **“O Piauí e a sua arquitetura”**. (RIPHAN, n. 02, 1940), pioneiro que foi no estudo da arquitetura e urbanismo no Piauí, assim como as obras essenciais de Nestor Goulart Reis Filho.

Deste modo, as Fazendas Nacionais, representadas pelos dois patrimônios em epígrafe, integram um acervo de bens historicamente indissociáveis, resultantes da colonização do território, associadas a quatro movimentos principais: a interiorização das fazendas de gado desde o século dezesseis; a atuação dos padres da Companhia de Jesus; a política oficial da Coroa Portuguesa de controle sobre a região, sob inspiração do Marquês de Pombal e finalmente a tentativa de modernização industrial, por parte de empresários dispostos a superar o atraso do modelo colonialista.

O processo se inicia com um comovedor pedido de tombamento da Fabrica de Laticínios de Campinas do Piauí, dirigido ao presidente do IPHAN, em 25 de maio de 2000, mas ainda datilografado em máquina de escrever mecânica, detalhe que nos dá uma dimensão do isolamento e solidão da pequena cidade do interior.

O documento, da lavra da Sra. Maria do Socorro Alves Moura, Secretária Municipal de Educação, tem as tintas de um apelo dramático e trás a seguinte sentença: **“Nós pedimos a V. Exa. que, por tudo o quanto é sagrado, veja com toda atenção este pedido de socorro a este tão valioso monumento, que para nós Campinenses é um orgulho.”** A ele está anexado um abaixo assinado por 339 campinenses.

Mas é interessante registrar que esta iniciativa fora precedida de outra



solicitação, de algumas décadas antes. Foi no ano de 1977, que o então Procurador Geral do Estado do Piauí, Dr. José Eduardo Pereira protocolou a pioneira solicitação por informações sobre os procedimentos que deveriam ser tomados para iniciar o tombamento nacional daquele bem. Obteve prontas orientações do então presidente Renato Soeiro, mas a proposta não chegou a ser encaminhada.

Nas páginas do dossiê encontrei a competente pesquisa histórica, que se inicia com capítulo sobre a colonização do Piauí, onde se pode compreender a evolução da posse da terra desde as capitânicas hereditárias do século XVI. Aí as referências iniciais envolvendo as Fazendas Nacionais, ressaltando a importância da pecuária para a ocupação do interior do Brasil, nas rotas traçadas pelos rebanhos bovinos como atividade determinante na ocupação do Piauí. Os já denominados "caminhos do gado", atividade econômica do Brasil Colonial, considerada muitas vezes como apenas subsidiária, mas na verdade forte traço de união na formação do nosso território.

Lembrando que a região permaneceu durante muito tempo unicamente como rota de passagem entre os dois Estados coloniais na América portuguesa, o Estado do Brasil, com sede em Salvador e o Estado do Maranhão e Grão Pará com sede em São Luís ou Belém. Fato histórico relevante que em geral não figura nos livros didáticos, nas aulas de história, que o Brasil fora dividido pela Coroa portuguesa em duas colônias com administrações e sedes separadas e independentes durante mais de um século e meio a partir de 1621.

A história das fazendas nacionais retrocede aos primórdios do descobrimento, na primeira metade do século dezesseis, num ponto ao norte da Bahia de Todos os Santos, na foz do rio Pojuca. Ali se localizam as ruínas do primeiro castelo construído no Brasil quinhentista, ainda no tempo de Tomé de Souza (1549), sede da sesmaria dos Garcia D'Ávila, e que se tornou conhecida como a "Casa da Torre dos Garcia D'Ávila", que no dizer de Clarival do Prado Valladares, em sua obra "**Nordeste Histórico e Monumental**", foi "*o centro estratégico e econômico das entradas e da conquista do sertão, até o Piauí!*".

Pois foi um sertanista oriundo da Casa da Torre, chamado Domingos Afonso Mafrense que, promovendo uma grande mortandade de índios apossou-se de suas terras e estabeleceu as grandes fazendas de gado do Piauí, as quais, ao final de sua vida, em 1711, doou aos Jesuítas. Estes por sua vez ainda no século dezessete empreenderam sua ação catequizadora na região e fizeram desenvolver as fazendas. Porém em 1760, foram expulsos do Brasil por iniciativa do Marquês de Pombal e tiveram suas terras confiscadas pela coroa Portuguesa.

Mas datam de 1760, leis e decretos que foram publicados por orientação de Pombal, visando à implantação de um sistema urbano no interior, regularizando a posse das terras e dando diretrizes para a construção das vilas. Ao mesmo tempo, o crescimento das povoações criava as condições necessárias para a consolidação das rotas oficiais de comércio entre os dois polos coloniais, funcionando como alternativa terrestre segura, frente às dificuldades de navegação na costa nordestina.

A pesquisa prossegue mostrando como as fazendas entraram em processo de decadência assim que foram consideradas como bens patrimoniais da coroa portuguesa e denominadas "Fazendas do Fisco". Logo começaram a ser dilapidadas pelos administradores enviados de Portugal, despreparados para a função, mas ávidos por enriquecimento rápido. Naquela altura, os escravos eram considerados como o maior patrimônio financeiro das fazendas, uma vez que o preço de um escravo equivalia ao preço de "*cem cabeças de gado vacum ou 50 cavalos ou seis jumentos*".

Após a proclamação da Independência passaram a ser propriedade do governo Imperial e a ser chamadas de Fazendas da Nação ou Fazendas Nacionais. Entretanto na

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes.



prática, era como se pertencessem ao Imperador, que dispunha deste imenso patrimônio da forma como melhor conviesse aos interesses políticos da época.

Estes péssimos hábitos administrativos em que, com frequência, se confundiam o público com o privado, os desmandos e a corrupção por décadas a fio foram levando as fazendas no rumo da falência. Segundo citação contida no dossiê:

*“A corte portuguesa e o Império deixaram as fazendas de tal modo dilapidadas que, no início da década de 1870, nada mais eram que vastidões de terras praticamente improdutivas, com reduzido número de reses e de trabalhadores, na verdade homens e mulheres doentes ou exaustos, muitos jovens ou velhos”.*

Todos estes problemas foram denunciados por críticos da utilização patrimonialista das terras nacionais. A situação foi assim exposta pelo deputado Simplicio Coelho de Resende na Câmara dos Deputados no ano de 1899:

*“Senhores, as fazendas nacionais do Piauí, a sua inspeção e administração constituem o que se pode chamar uma escola de furto: constituem uma cova de Caco, em cujo balcão se mercadeja com a consciência dos amigos da situação e os princípios políticos dos adversários, porque as riquezas nacionais servem para conservar a firmeza política de uns e atrair a adesão de outros”.*

Com o advento da República, as terras das Fazendas Nacionais passaram para o domínio da União e somente após 1946 para o domínio do Estado do Piauí. É exatamente no correr deste período último, ou seja, do findar do século dezanove até os meados do século vinte que entram em cena os protagonistas centrais das duas muito desconhecidas histórias que são trazidas a lume neste processo de tombamento.

Dois empresários que enfrentaram o desafio de soerguer toda uma vasta região empobrecida, abandonada e decadente e dentre outros benefícios, propiciar formação profissional, emprego e uma vida decente aos filhos de escravos recém-libertos pela lei do ventre livre, possibilitando o aproveitamento da produção de leite e carne remanescente das antigas e agora semiabandonadas Fazendas Nacionais.

Foram eles o Dr. Francisco Parentes e o Dr. Antônio José de Sampaio, responsáveis respectivamente pelos empreendimentos do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara em Floriano, e da Fábrica de Laticínios de Campos, hoje Campinas do Piauí.

O Engenheiro Agrônomo Francisco Parentes era formado pela Escola de Grand Jouan, da França. Idealizara o Projeto e vinha discutindo com inúmeros presidentes da Província do Piauí, como atesta o memorial elaborado pelo mesmo e enviado ao presidente da Província, Sousa Leão, em 1871. Este por sua vez encaminha o documento, através de um longo ofício, ao Visconde do Rio Branco, então Ministro da Fazenda, esperando que fosse acolhida *“benigna e favoravelmente a pretensão do cidadão Francisco Parentes, o qual levando a efeito a ideia, que aninha em seu peito, abrirá para esta província largos horizontes de prosperidade e adiantamento”.*

Diz-nos o texto do dossiê que este ofício, enviado poucos dias após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, expressaria a convergência de interesses que naquele momento concretizar-se-ia entre um agrônomo, a Província e o Império. Uma escola para amparar e propiciar formação profissional aos filhos de escravos já libertos pela lei.

Foi o Ministro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, responsável pela assinatura do contrato, quem explicou para a Assembleia Geral Legislativa, ainda no ano de 1874, os interesses do Estado no Projeto que então se constituía:

*“Poupando ao Estado a despeza com custeio de fazendas, que pouco ou nada rendiam pela incapacidade ou falta de conhecimentos profissionais de seus administradores, facilitará ao mesmo tempo o emprego dos libertos n’ellas existentes e*



o tratamento e a educação dos seus filhos”.

A relação com a Lei do Ventre Livre também é reafirmada pelo Ministro da Agricultura. Segundo ele:

*“...com desígnio de melhor aproveitar as fazendas nacionais e de promover o estabelecimento e a educação do considerável número de antigos escravos da nação, libertados pela Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, o governo resolveu entregar as ditas fazendas ao Agrônomo Francisco Parentes, encarregando-o de fundar um estabelecimento de agricultura prática...”*

Assim, em cumprimento dos termos do “*Contracto entre o Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas e o Agronomo Francisco Parentes para fundação de um estabelecimento rural na província do Piauí, compreendendo as fazendas nacionais -Guaribas, Serrinhas, Mattos, Algodões e Olho d’Água- pertencentes ao departamento de Nazareth*”, cuja cópia encontra-se nos autos deste processo, foi iniciada a construção do edifício sede o Estabelecimento Rural.

No entanto o projeto nunca se concretizou em sua plenitude, eis que, infelizmente, seu idealizador, o agrônomo Parentes, veio a falecer prematuramente e, portanto não teve a oportunidade de sequer acompanhar o andamento inicial de sua escola. Quando as obras do grande edifício sede já estavam adiantadas, Francisco Parentes contraiu a febre amarela. Levado às pressas para Amarante, em busca de socorro, ali faleceu com apenas 37 (trinta e sete) anos, em 16 de junho de 1876.

Seu esforço, entretanto não foi em vão, e o imóvel tornou-se também o motivo em torno do qual, nasceu a bela cidade de Floriano no apagar das luzes do século dezenove, após ter passado da condição de Colônia de São Pedro de Alcântara a Vila de Colônia.

Outro fato significativo e digno de menção histórica: O primeiro intendente (cargo equivalente ao de prefeito hoje) da Vila de Colônia, ainda na década de 1890, foi o Sr. João Francisco Pereira de Araújo que era negro e assumiu o posto mais importante daquela localidade, que nascera vocacionada para cuidar da educação e trabalho para ex-escravos.

Sua ascensão representou, portanto um grande feito e uma singularidade se nos situarmos na época em que predominavam no nosso país, teorias racistas, tidas como científicas, mas sempre colocando a raça negra como inferior, defendendo a necessidade de imigração europeia para livrar o país da mestiçagem.

Nos dias de hoje a memória do Intendente João Chico permanece viva no imaginário local e alguns objetos pessoais como sua cadeira e mesa de trabalho estão no Museu da Cidade, “Espaço Cultural Maria Bonita”, um belo edifício fundado nos anos 20 ao lado do prédio do Estabelecimento Rural.

Esta segunda edificação fora erguida para ser a sede da Usina Elétrica instalada em 1922 e hoje, após uma restauração realizada na década de 80, forma o conjunto arquitetônico mais forte, expressivo e principal referencia como marco histórico da fundação da cidade.

Diante dos dois edifícios e no cais à margem do rio Parnaíba, também se ergue a torre cilíndrica que protegia o poço fornecedor de água para a caldeira de vapor da usina. Na gestão do prefeito Manoel Simplicio da Silva, todo este conjunto foi reconhecido como Patrimônio Histórico do Município, através da Lei 495/85 de abril de 1985.

Em 16 de junho de 1997 o Prefeito José Leão Azevedo de Carvalho sancionou a Lei 140/97 que Institui a zona de Preservação constituída pelo Sítio Histórico “Área do Estabelecimento Rural- São Pedro de Alcântara, na categoria de Conjuntos Antigos, Disciplina sua preservação e dá outras providências”.



No primeiro quartel do século vinte a cidade de Floriano ainda contou com outra iniciativa de educação pública. Trata-se do Grupo Escolar “Agrônomo Parentes”. Esta escola ainda existe, mantendo o nome do fundador de Colônia, e consolidando o reconhecimento que aquela comunidade dedica ao projeto inicial.

Hoje a cidade com mais de 50 mil habitantes, é uma das maiores do Estado do Piauí. Mais de 10 mil alunos frequentam dezenas de escolas públicas e a memória destes episódios e homens que é tão cara e costuma ser útil especialmente para que não se repitam os erros do passado, corre o risco de ir se diluindo aos poucos.

O prédio do Estabelecimento Rural em seu estilo neoclássico é repositório de símbolos que sintetizam séculos de história, atualmente pertence à municipalidade e já conta com proteção de tombamento municipal, mas aspira com legitimidade o tombamento nacional proposto neste processo.

Uma estátua em homenagem ao agrônomo Parentes está chantada no privilegiado cenário da margem do Rio Parnaíba e o seu olhar eternizado na pedra contempla de frente a edificação que foi o seu sonho em vida.

Nosso segundo protagonista foi o empresário piauiense Dr. José Antônio Sampaio nascido em 9 de abril de 1857, na localidade de Livramento hoje município de José de Freitas, Doutor em Ciências Físicas e Naturais pela Escola Politécnica de Zurich (Suíça), Engenheiro Industrial, que também lecionou química na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, e publicou várias obras dentre as quais “Descrição Geral do Piauí” e “Investigações Químicas dos Produtos Naturais do Brasil” (1883). É Patrono da Cadeira n 19 da Academia Piauiense de Letras.

Em 26 de Abril de 1889, assinou um contrato de arrendamento das terras das Fazendas Nacionais com o Tesouro Nacional. As obrigações contratuais eram: *Fundar núcleos coloniais nas terras arrendadas; Melhorar a criação de gado com reprodutores de raças finas; Montar uma fábrica de laticínios com técnicos europeus; Montar um estabelecimento para o preparo da carne seca e produtos congêneres e desenvolver a lavoura.*

Para cumprir sua parte o Dr. Antônio José de Sampaio promoveu a rápida construção do prédio da fábrica e para tanto contou com a decisiva participação do engenheiro alemão Alfredo Modrach, nascido em Dresden, que desenhou a planta e que também fora autor de outros importantes projetos na região norte nordeste como o Teatro 4 de Setembro em Teresina e uma ponte metálica em Natal, além de diversas edificações no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que erguia a sede da indústria em pleno sertão piauiense, ali estrategicamente localizada por se constituir no centro geográfico das antigas fazendas nacionais que ainda eram produtoras de leite e distante mais de 500 quilômetros do litoral, o Dr. Sampaio negociava a aquisição das máquinas na Suíça.

Concretizado o negócio, atravessou o oceano transportando-as até a cidade de Parnaíba no litoral, de onde foram colocadas as imensas caixas em grandes barcaças a vapor, subindo o rio até o Porto de Colônia (hoje Floriano) onde já estava erguida a Escola de São Pedro de Alcântara.

De lá organizou, uma expedição que se fez épica, mas restrita à memória da população local e que foi necessária para fazer o transporte do pesadíssimo maquinário até o seu destino final. Precavido, havia adquirido também grandes carrilhões de ferro para serem puxados por dezenas de juntas de boi. Neste longo trajeto de 240 km os relatos da época, dizem que morreram milhares de animais pelo gigantesco esforço a que eram submetidos.

Para tanto o empresário cientista promoveu, com a ajuda do engenheiro e arquiteto Modrach, a abertura de uma estrada carroçável, e uma ponte de madeira sobre

 7



o rio Itaueira, um dos afluentes do Parnaíba. E a solução adotada para evitar que os carrilhões atolassem, foi estender milhares de couros de boi no leito desta improvisada estrada de chão.

A fábrica foi inaugurada em 26 de Abril de 1897, e mudou o cenário da região, passando imediatamente a produzir manteiga de primeira qualidade, exportada para o resto do país. Conforme as palavras do próprio Sampaio:

*“Neste espaçoso edifício, compreendendo 26 compartimentos, acham-se montados e instalados todos os aparelhos modernos e aperfeiçoados, adotados nos paizes mais adiantados, para a fabricação de manteiga de exportação e preparação de queijo de diversas qualidades.”*

Suas afirmativas foram comprovadas por laudos técnicos fornecidos pelo Laboratório Nacional de Análises e pela conceituadíssima Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estes atestados confirmam a qualidade internacional dos produtos ali fabricados dentro dos padrões que o mundo científico à época estabelecera como mais adiantado.

Mas conforme nos informa Carlos Rubem, seu sucesso inicial logo despertou a inveja e o ciúme dos políticos locais e um sintoma das dificuldades que viriam em decorrência disto, foi que o próprio governador do Piauí na época, Raimundo Artur de Vasconcelos, desdenhou da iniciativa pioneira e não compareceu ao grande evento da inauguração.

A Fábrica de Laticínios dos Campos provocara nos seus primeiros anos de existência, verdadeiro furor. Na famosa Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, que abrigou stands exibidores da produção econômica brasileira, o Piauí fez-se representar. A manteiga produzida pela indústria do Dr. Sampaio destacou-se naquele evento.

Mas como no caso anterior o próprio Dr. Sampaio teve breve existência falecendo aos 49 anos, ou seja, apenas oito anos após a inauguração de seu grandioso projeto. A fábrica, cujas influencias esclarecedoras dos direitos dos trabalhadores, por contribuição do exemplo propiciado pelas famílias de italianos que haviam sido trazidas para participar do empreendimento, contrariava os interesses dos coronéis da região que também tinham receio de que a experiência, por sua grandiosidade, criasse um poder paralelo no Piauí.

A “Fábrica de Campos” como era denominada, funcionou durante quase meio século, produzindo manteiga de alta qualidade. Cumpriu um prazo de existência semelhante à maioria dos empreendimentos industriais que brotaram na região norte e nordeste no final do século dezenove, ou seja, sobreviveu até a primeira metade do século vinte.

Em 1934 passou por reforma e continuou produzindo, para finalmente fechar as portas em 1947. Hoje os cidadãos locais dizem de forma irônica que “os politikeiros *desnataram* o empreendimento”.

Com seu fechamento, instaurou-se um novo ciclo de recessão econômica para toda a região em seu redor, que cerca de um século antes já havia sofrido com a transferência da Capital do Estado do Piauí, de Oeiras para Teresina. Sobrevieram a falência das fazendas e o empobrecimento.

Resta como valioso testemunho desta eloquente história de conquistas, o imponente edifício semiarruinado que é o segundo objeto do presente processo de tombamento. Importante frisar que a Fábrica de Laticínios foi tombada a nível estadual através do decreto n 7.294, em 26 de Janeiro de 1988.

Em 2006, um incêndio atingiu o prédio da fábrica, que foi salvo pela reação imediata e voluntária da população da pequena cidade, que protagonizou cenas de



heroísmo, arriscando a vida, para apagar o fogo que ameaçava destruir para sempre a edificação. Mas aquelas chamas serviram como um alerta e acenderam também a autoestima dos munícipes que sentiram muito de perto a iminência da perda definitiva do bem que havia dado origem à sua pequena cidade.

Na comoção do episódio, sobreveio o gesto simbólico de abraçar o prédio como forma de apelo da comunidade em prol da restauração do mesmo e na sequência destes dramáticos acontecimentos, em junho de 2006, os campinenses assinaram uma Carta Aberta, dirigida ao governador do Estado à época, Wellington Dias.

Este foi o estopim para a deflagração de uma intensa campanha pela preservação do prédio da fábrica, com o selo de “Fábrica dos Sonhos”. Campanha esta liderada pela Fundação Nogueira Tapety, sob a presidência do Dr. Carlos Rubem Campos Reis que, ao longo de todo o processo, irá aparecer como signatário de longas correspondências reivindicatórias por celeridade ao IPHAN, na qualidade de presidente da Fundação ou como Promotor de Justiça, mas sempre exercendo o papel de cidadão combativo e intransigente na defesa do patrimônio histórico de sua terra.

O processo está enriquecido pela anexação de dezenas de notícias, sob a forma de reportagens e artigos publicados na imprensa local, no período que vai de 1992 a 2006, tendo como autores, o próprio Carlos Rubem, Antônio Fonseca Neto, Membro da Academia Piauiense de Letras, ou Joca Oeiras, paulistano que há muitas décadas se radicou na vizinha Oeiras e se tornou em apaixonado lutador pelos valores culturais da região e ainda os jornalistas José Expedito Rêgo e Roberto Pedrosa, sobre a importância histórica da fábrica de laticínios para a região do interior semiárido do Piauí. Observa-se que, desde o final dos anos 60 o assunto já vinha sendo estudado e divulgado em textos de Possidônio Queiroz, reconhecido como um dos maiores intelectuais da região, e um dos fundadores da Fundação Nogueira Tapety.

Em novembro de 2006 o historiador Marcos Aurélio Gonçalves de Vilhena publicou sua dissertação de Mestrado sob o título de “Vôo de Ícaro – tensões e drama de um industrial no sertão”. O livro é sobre a vida e obra do engenheiro piauiense Antônio José de Sampaio, cientista, industrial, autor e empreendedor do projeto de criação da Fábrica de Laticínios no final do século dezenove como uma verdadeira epopeia sertaneja desconhecida do resto do País.

Através dessa dissertação, brilhantemente realizada no âmbito do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí então sob a direção do Professor Fonseca Neto, Marcos Vilhena pesquisou a fundo a trajetória do empresário e descreveu a saga em que se constituiu o esforço inaudito para implantar a fábrica em meio do nada, nos recônditos do território.

As páginas do livro procuram traduzir a incrível trajetória de Antônio José de Sampaio, registrando em detalhes como aquele intelectual, cientista e visionário, “ousou voar contra as verdades do Piauí do século dezenove ao implantar um dos mais ambiciosos projetos de desenvolvimento agroindustrial de sua época”. A metáfora do livro nos traduz a ideia segundo a qual, ao empreender este voo alto e a frente de seu tempo, assim como Ícaro, aproximou-se demais do calor do sol e isto custou a sua queda.

Diz um trecho do autor: “*Seu sonho lhe consumira a existência. Contra ele se voltaram as forças da tradição, enraizadas no mais profundo solo do passado. Ousara, num mundo de ignorantes, ser homem de letras e da ciência. Tivera o destemor de propor a mudança, por sobre o marasmo da rotina. Fora acusado de megalomania, de tentar criar um poder paralelo, de louco, por investir aí toda sua fortuna, de abater rebanho inteiros para arrastar máquinas pesadas sertão adentro*”..

A publicação dessa obra teve a força de suscitar adesões e pronunciamentos de



apoio no Congresso Nacional por parte de Deputados como Nazareno Fonteles no plenário da Câmara dos Deputados em dezembro de 2006 que por sua vez resultou em ofício ao Presidente do IPHAN em apoio à campanha para o Tombamento Nacional, lançada pela atuante Fundação Nogueira Tapety em comemoração aos 110 anos da inauguração da Fábrica.

Em 21 de fevereiro de 2007, também o Bispo Diocesano de Oeiras e Floriano, Dom Augusto Alves da Rocha, dirige ofício à Superintendência do IPHAN no Piauí reiterando incondicional apoio ao pleito da Fundação Nogueira Tapety.

Já em março de 2007, ainda na seara do poder legislativo surge outra moção de apoio à campanha pelo tombamento, dirigida ao presidente do IPHAN, desta vez emanada pela Câmara Municipal de Campinas do Piauí, por iniciativa do Vereador João França da Silva.

Estes apelos repercutem novamente na Câmara dos Deputados em Brasília através do Deputado Felipe Mendes e na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí da parte do Deputado Themistocles Filho que também assina Moção de Apoio igualmente dirigida ao Presidente do IPHAN em Março de 2007.

Em 09 de Abril registra-se o pronunciamento da parte do senador João Vicente Claudino no plenário do Senado Nacional.

Eis que as numerosas moções de apoio à campanha sempre mencionam a vida e obra do Engenheiro Antônio José de Sampaio comparando seus feitos aos demais industriais do Império, como os precursores Visconde de Mauá no Rio de Janeiro e Delmiro Gouveia em Alagoas, ambos também perseguidos por sua ousadia empresarial de sucesso.

Toda esta documentação revela a existência de um requisito importante para o tombamento que é a comprovação de um forte protagonismo e ativa participação de importantes setores representativos de um amplo espectro da comunidade na permanente defesa de seus bens culturais, sinal de comprometimento local nos próximos passos rumo à recuperação.

Na sequencia da análise histórica o dossiê trata especificamente da análise arquitetônica, trazendo as demais informações exigidas sobre, localização e dados geográficos, levantamentos arquitetônicos, plantas completas, iconografia e registro fotográfico, justificativa de proteção e delimitação das poligonais de tombamento e entorno e diretrizes para a preservação dos dois sítios.

Em relação ao Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara é proposta a proteção por tombamento do lote em que está inserida a edificação. Como perímetro de entorno, considera-se a quadra em que o imóvel está inserido, toda a faixa compreendida entre a fachada frontal da edificação e o Rio Parnaíba, as quadras laterais limítrofes com a quadra do Estabelecimento.

Sua importância arquitetônica se baseia também no fato de se constituir em materialização de um dado momento histórico brasileiro, representado pelos materiais empregados na sua construção e pelo estilo arquitetônico adotado. Apenas uma parte do ambicioso projeto original chegou a ser construída, qual seja o bloco principal em formato retangular com área de 358 m<sup>2</sup>. As paredes são de alvenaria de tijolos com a cobertura em telhas de cerâmica sustentada por estruturas de carnaúba.

Já com a Fábrica de Campinas, é proposto o tombamento da edificação como primeiro edifício a ser erguido naquela localidade. Os estudos consideram-na como raro exemplar da arquitetura industrial piauiense do século dezenove. A concepção de Mordach incorpora contribuições do neoclássico como um frontão triangular encimando a fachada simétrica, mas possui janelas de estilo anterior, em arco abatido.

O projeto determinou a construção de quatro volumes, tendo ao centro o corpo



principal em formato retangular e outro volume retangular na parte dianteira. Além disto, foram construídos dois outros volumes na parte posterior. A chaminé é uma joia de técnica construtiva em alvenaria de tijolo e se eleva altaneira nas planuras do horizonte.

O perímetro de entorno abrange o conjunto de residências, construído à época da Fábrica como vila operária, ou seja, para moradia dos funcionários e que constituíram o núcleo que deu origem à cidade.

Ambos os perímetros, com suas poligonais descritas com precisão em texto, estão assinalados nas respectivas plantas cadastrais de forma a não deixar dúvida das áreas de proteção. As equipes do IPHAN buscaram avaliar os principais elementos que se destacam nos dois imóveis e seu entorno. E finalmente do ponto de vista dos valores arquitetônicos, ambas são amplamente reconhecidas como exemplares emblemáticos do patrimônio edificado no Brasil, no período entre o final do século dezanove e o começo do vinte.

Uma ênfase especial merece ser conferida ao parecer da Gprot/DEPAM datado de 28/08/2008, assinado pelo historiador da arte e técnico daquele departamento, José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros, que realiza uma síntese de toda a questão, descrevendo-a com sensibilidade e complementando com uma precisa avaliação técnica dos valores históricos e arquitetônicos para tecer finas observações sobre algumas pequenas imprecisões e detalhes pitorescos que surgem naturalmente no meio a tantas e copiosas informações reunidas, para concluir inteiramente a favor do tombamento proposto.

Também e como sempre, o parecer exarado pela douta Procuradoria Federal do IPHAN e assinado pelo Procurador Federal Cristiano Sales Cúrcio é extremamente detalhista, preciso e competente nas suas análises e considerações e nos autoriza sem receio de falhas, a afirmar que o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986.

No que concerne aos procedimentos administrativos finais do mesmo, também já foram devidamente encaminhados e recebidos, desde o ano de 2011, os ofícios dando ciência do processo em curso, ao Exmo. Senhor Governador do Piauí, Dr. Wilson Nunes Martins; ao Exmo. Sr. Arlindo Bispo da Silva, então Prefeito do Município de Campinas do Piauí; ao Exmo. Sr. Joel Rodrigues da Silva, então prefeito do município de Floriano; à Ilma. Sra. Ana Célia Coelho Madeira Veras - Superintendente da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí, bem como foi publicado em jornais locais de grande circulação nos dois municípios, o competente Aviso de Notificação.

Vimos em todo o decorrer deste processo como a importância destes estabelecimentos foi analisada sob a perspectiva histórica e arquitetônica, uma vez que ambos são testemunhos importantes da ocupação do Estado do Piauí durante os séculos XVIII e XIX, e que deram origem às cidades de Campinas e Floriano.

Mas que, transcendendo a representatividade regional, sua inscrição como patrimônio cultural da nação significa a afirmação da civilização do couro e o ciclo da pecuária, que perpassou os séculos XVII, XVIII e XIX, como estruturadora do processo de formação social, política, econômica e territorial do Brasil, no mesmo grau de importância dos demais ciclos econômicos que a historiografia tradicional consagrou e que tiveram seus testemunhos materiais reconhecidos e protegidos pelo Estado brasileiro.

A nosso ver do ponto de vista do valor histórico o tombamento irá também garantir a preservação do testemunho de dois processos civilizatórios do território



nacional em especial do sertão nordestino: a ocupação humana e as tentativas de modernização dos sertões. Ambos começam pouco a pouco sendo representados nos acervos patrimoniais do Brasil, como fundadores da nossa cultura e nacionalidade.

Entretanto não podemos também nos esquecer de que o ato do tombamento representa mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens.

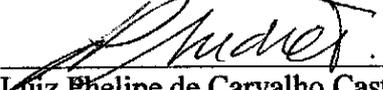
Torna-se, portanto necessário envidar imediatos esforços para garantir aos técnicos locais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração nos trabalhos cotidianos de gestão do acervo a ser protegido, na medida em que propicie parcerias técnicas e administrativas entre os órgãos municipais, estaduais, o IPHAN e a comunidade.

Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita de reconhecimento. A imensa satisfação de estar participando da recuperação de importantes episódios de nossa história e absorvendo lições de brasilidade que precisam ser urgentemente mais difundidas e compartilhadas, como certeza de aprendizado com as experiências do passado.

Sendo assim e corroborando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento e à consequente inscrição no livro de Tombo Histórico, do acervo denominado: “Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí, e Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, no município de Floriano, ambos no Estado do Piauí” em reconhecimento ao incomensurável valor dos fatos aqui demonstrados como testemunho de que se constituem em monumentos que sintetizam um valioso período da história e da formação do Estado Brasileiro.

Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho.

Brasília, em 15 de Maio de 2014.

  
Luiz Felipe de Carvalho Castro André  
Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.